



CARACTERÍSTICAS DO POVO BRASILEIRO

José Honório Rodrigues

Reprodução de matéria publicada na *Revista da Escola Superior de Guerra* (Ano V, Nº 12, 1989).

AS ORIGENS DO POVO. AS ETNIAS

O homem brasileiro atual, na sua forma individual, nos agrupamentos sociais ou como expressão coletiva da nacionalidade brasileira, tem sua origem nos três grupos étnicos, oriundos de continentes diversos que, desde o Descobrimento, tiveram de se ajustar e logo se misturaram, apesar das divergências e desafeições que sentiam uns pelos outros.

O povo brasileiro, nos três primeiros séculos, é fruto desses três grupos étnicos aos quais se acrescentam, a partir do quarto século de nossa História, os colonos ou imigrantes de etnias outras.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, calcula-se em um milhão e quinhentos mil a dois milhões o número de indígenas que aqui viviam, divididos em numerosos grupos tribais e lingüísticos. Os portugueses pensaram a princípio, como escreveu Caminha em sua saborosa Carta, que “a esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, senão entender-nos”. E começaram, logo nos primeiros dias, aquele método de dissolução cultural com que pensavam amansá-los.

Não fora assim na Índia, com Vasco da Gama, nem assim o fará Cabral. Às resistências opostas, uma terrível violência ensinaria que o Poder é Poder e que Portugal representava na época, ao abrir a Fronteira Mundial, o maior Poder agressor

mundial. Na Índia, um e outro aplicaram verdadeiros terrorismos às populações desobedientes. Aqui esperavam não usar a violência e a agressão, já estava em Caminha, ao dizer que “os índios andavam já mais mansos e seguros entre nós, que nós andávamos entre eles”.

E assim foi durante longo tempo. Uma desafeição geral contra a terra e a indiada dominava a gente portuguesa; um ódio incontido contra o gentio levava-se a praticar as maiores iniquidades, como as que praticaram Tomé de Souza, Mem de Sá e Jerônimo de Albuquerque, ao mandarem colocar à boca de bombardas, feitos em pedaços, os índios que mataram cristãos.

Foi, portanto, na base do terrorismo, feito aqui, na Índia e na África, que se impôs a paz cristã, que se sujeitou todo o gentio à lei dos colonos. Tirar o medo aos cristãos, senhorear o gentio pela guerra, amedrontá-lo com grandes ameaças, domá-lo e metê-lo no jugo e sujeição, tomar suas terras e roças e reparti-lo pelos colonos, como escravos. Aí está um quadro sumário dos contatos luso-índigenas do primeiro século, que ensopou nossa terra de sangue indígena, apesar dos esforços da catequese jesuítica, sempre mais lembrada e louvada porque é a história triunfante e oficial.

Os Três Tipos de Povoadores

Mas antes da vinda dos negros, imposta pelas necessidades econômicas

da plantação e fabrico açucareiro, pode-se dizer, também em traços sumários que, nesses contatos iniciais, os primeiros povoadores subordinaram-se a três tipos, como ensinou Capistrano de Abreu: o primeiro, que não reagia ao meio e tomava todos os hábitos dos brasis, furava lábios e orelhas, matava os prisioneiros segundo os ritos e comia sua carne, como certo espanhol, encontrado entre os potiguares; o segundo era voluntarioso e indomável, com João Ramalho, o Colono de Cananéia que a erudição identifica como Cosme Fernandes Pessoa ou Duarte Peres; o terceiro, nem descia ao batoque, nem se alçava ao poderio, vivendo bem com europeus e indígenas: é Diogo Álvares, o Caramuru.

Para Capistrano, o primeiro tipo, uma anormalidade, não poderia continuar; o segundo poderia generalizar-se, é dominante na época das violências e guerras, mas não poderia durar, apesar dos esforços empregados pelos jesuítas e das ameaças dos franceses, que lhe dão vigor. Mas é o terceiro, o conciliador e transigente luso-baiano, que sobreviverá, e da sua sobrevivência resultam consequências permanentes na psicologia do povo e da liderança brasileiras.

A vinda dos escravos negros em massas sucessivas, até atingir mais de 3 milhões, não modifica o quadro, pois reforça as divergências, aguça o desentendimento e fortalece o segundo e o terceiro tipos de povoadores portugueses, agora com nova frente de batalha para impor sua cul-

tura e seus métodos. As várias insurreições de escravos negros durante o período colonial foram suprimidas com crueldade e violência e mostraram, no sangue derramado, a inconciliabilidade de senhores e escravos. O Quilombo dos Palmares suportou 17 expedições punitivas, na última das quais, em 1694, foi cercado por 3.000 homens.

Todos estavam separados e pareciam irreductíveis. Distinguiam-se os nascidos na Metrópole e os nascidos aqui, reinóis e mazombos; distinguem-se os africanos de lá e os de cá; moleques eram os de aquém-mar; distinguem-se os índios convertidos e selvagens; caboclos, primitivamente, eram os catequizados.

Iniciado o desmoronamento da cultura indígena, desenraizado também o negro de sua cultura, aqueles dois tipos eram tidos como modelos e imitados nos seus princípios políticos e sociais. E a imitação pela minoria dominante colonial dos dois tipos, o indomável ou o conciliador, dependia da conjuntura, das circunstâncias políticas e econômicas. Guerras e guerras sem dó, sem piedade cristã, exterminarem mais que integraram os povos indígenas. Desde Nóbrega e Anchieta, Gabriel Soares de Souza e Frei Vicente do Salvador, as tiranias portuguesas, as maldades cristãs, os horrores indígenas, as guerras do gentio e contra o gentio ensoparam de sangue a terra.

Em 1584, escrevia o Padre Luís da Fonseca: "A gente que de 20 anos a esta parte é gastada nesta Bahia parece causa, que se não pode crer, por-

que nunca ninguém cuidou, que tanta gente se gastasse nunca." "Vão ver agora os engenhos e fazendas da Bahia, achá-los-ão cheios de negros da Guiné e mui poucos da terra e se perguntarem por tanta gente, dirão que morreu".

AS ORIGENS DA LIDERANÇA. COMPOSIÇÃO E COMPORTAMENTO

A vitória do tipo João Ramalho, violento, indomável, parecia fadada a destruir aquela multidão de nações que povoaram o Brasil. As guerras contra tabajaras, potiguaras, aimorés, tamoios, caetés, contra índios de todo o Brasil, mostram o aspecto demonstrativo das horas de vitória do voluntarioso, o esmagamento do indígena e a dureza portuguesa.

No poema sobre os feitos de Mem de Sá, erroneamente atribuído a Anchieta, se canta:

"Quem poderá contar os gestos heróicos do Chefe à frente dos soldados, na imensa mata: cento e sessenta as aldeias incendiadas, mil casas arruinadas pela chama devoradora, assolados os campos, com suas riquezas, passado tudo ao fio da espada."

Os momentos cruentos ou incruentados de nossa História dependem do triunfo de um ou de outro tipo, na composição do grupo minoritário dominante português, branco, europeu. Traziam os portugueses para impor à terra selvagem, desleixada e re-

missa, a subcultura ocidental, que se dissolvera, ao contato de tantas impurezas da terra e de gente tão desenfreada. Os momentos criadores são aqueles em que o tipo conciliador, “adiante daquele povo novo de Cristo redimido com seu sangue”, dele de Cristo e dele gentio, e dele dominador, vence e compõe a minoria dirigente.

Uns e outros alternam-se no mando, e pode-se dizer que até o fim do século XVII a minoria vacila nos métodos de imposição cultural e política. Mas aos poucos, pela influência da maioria, pela vitória da miscigenação, da tolerância racial, da criação do gado, das bandeiras, misturando gente e cultura, expandindo, pelos pés próprios e não os alheios ou escravos, a terra, obra de mamelucos e caboclos, pelo trabalho, que foi mais do que negro escravo que do branco livre, os conciliadores, os Diogos Álvares do Brasil, foram frutificando, foram caminhando pela vida, alheios à maldade, atentos à inocência, convencidos de que o bem desta terra era a sua empresa.

Com a sua vitória, na composição da liderança, ganhavam todos, a terra e a gente, que já fabricara para seu uso uma síntese nova, uma cultura própria, que dia a dia mostrava que o Brasil já não era uma caricatura de Portugal. Foi, portanto, a maioria — os indígenas vencidos, os negros cativos, os mestiços de todas as cores — que impôs, ajudada pela natureza, pelo tempo e pela minoria conciliadora, a singularidade, a originalidade,

a individualidade que, desde os fins do século XVIII, começa a caracterizar o Brasil, desejoso, desde então, de sua liberdade e independência.

Assim como houve dois tipos dominantes na composição da liderança, houve também duas culturas na sociedade brasileira. A maioria, embora obrigada a sujeitar-se a uma cultura formal e processual, legal e política, de caráter ocidental europeu, imposta pela minoria, fabricada, substancialmente, da contradição entre a tese portuguesa e a antítese da natureza, dos índios, negros e mestiços, uma síntese nova e original. Pois não são só os vencedores que determinam o conteúdo do processo histórico, e, apesar do europeísmo e lusitanismo vitorioso e dominante na aparência das formas sociais, o substrato era novo, era o Brasil que nascia.

A Liderança Colonial

No fim do período colonial, já se podiam ver alguns frutos positivos e alguns resultados negativos. Para começar por estes, a liderança, mesmo a que conciliava, aparando as tensões mais graves e ameaçadoras, foi sempre privilegiada e ortodoxa. Por isso, Capistrano de Abreu escreveu que o povo foi capado e sangrado. A pequena minoria dominante é transmarina, vem e vai logo que o serviço ou fortuna lhe fez à mercê que desejava, ou vice-real, intransigente defensora dos interesses reais, metropolitanos, mais serve ao Rei e

à Metrópole que ao Brasil e aos colonos.

Disse em 1640 Antônio Vieira, o mais famoso pregador que o Brasil jamais ouviu, que “desfazia-se o povo em tributos e mais tributos, em imposição e mais imposições, em donativos e mais donativos, em esmolas e mais esmolas, e, ao cabo, nada aproveitava, nada luzia, nada aparecia. Por quê? Porque o dinheiro não passava das mãos por onde passava. Muito deu em seu tempo em Pernambuco; muito deu e dá hoje à Bahia e nada se logra; porque o que se tira do Brasil, tira-se do Brasil; o Brasil o dá, Portugal o leva”. E animado concluía que “tudo o que der à Bahia, para Bahia há de ser; tudo o que se tirar do Brasil, com o Brasil se há de gastar”.

Seria sem fim lembrar-vos as palavras de censura com que Vieira castigou a minoria transmarina, vice-real, alheada do Brasil. “Os mais velhos que me ouvis e estais presentes, bem vistes neste Estado, e, quando menos ouvireis murmurar aos passageiros nas canoas que cá foram mandados, em vez de governar e aumentar o mesmo Estado o destruíram; porque toda a fome que de lá traziam, a fartavam em comer e devorar os pequenos.”

A opulência e a abundância das riquezas promovidas pelo trabalho da maioria, negros escravos pelas plantações e fábricas de açúcar, na lavra do tabaco e nas minas de ouro e diamantes, caboclos e índios cultivando pelos sertões os pastos cheios de

gado, e preparando os couros e selas enviados a Lisboa, não serviam a eles, mas a estas minorias dominantes e alheias, e aos estrangeiros que já então sujeitavam Portugal.

Assim, podemos tirar desde já três conclusões: primeira, que os momentos históricos, de criação e trabalho, na frente interna, dependem da preponderância do elemento conciliador, dos Diogos Álvares, na composição da liderança; segunda, que a maioria foi sempre sofrida, e sempre viu desfeita sua esperança de melhoria, porque as concessões foram sempre mínimas, já que a minoria desservia o País, servindo à Metrópole; terceira, que as maiores construções são fruto popular: a mestiçagem racial, que criava um tipo adaptado ao País; a mestiçagem cultural, que criava uma síntese nova; a tolerância racial, que evitou o descaminho dos caminhos; a tolerância religiosa, que impossibilitou ou dificultou as perseguições do Santo Ofício, permanentes até os meados do século XVIII; a expansão territorial, obra de mamelucos, pois o próprio Domingos Jorge Velho, devassador e incorporador do Piauí, não falava português; a integração psicossocial, pelo desrespeito aos preconceitos e pela criação do sentimento de solidariedade nacional; a integridade territorial, defendida das ameaças estrangeiras, na costa e no sul; a unidade da língua, ameaça pelo bilinguismo em São Paulo e no Amazonas, onde mais se falava o tupi que o português e, finalmente, a “opulência e riqueza do

Brasil'', de que falava Antonil, a ensinar o segredo do Brasil aos brasileiros, nas vésperas das lutas pela independência, eram frutos do trabalho do povo.

A Formação Histórica do Caráter Nacional

As Tentativas Brasileiras de Interpretação

Os estudos sobre o caráter brasileiro contam, também, com uma tradição filosófica e literária. Desde José Bonifácio, nos inícios de nossa independência, até os ensaios mais recentes, um crescente interesse dos brasileiros pelo Brasil e pelos brasileiros criou ambiente próprio para o estudo disciplinado desse tema. As tentativas de interpretação das constantes do caráter brasileiro, à luz da história, constituem bibliografia tão extensa que só um estudo mais exaustivo poderia revelar suas origens, mostrar e criticar seus resultados. Variam e oscilam em proporção desmedidas nos vários autores a capacidade de observação, a excelência do método de pesquisa, a agudeza da interpretação. Em quase todos, porém, predomina o impressionismo, nem sempre controlado pelo exame das fontes diretas.

Não seria difícil somar as virtudes e os defeitos dos brasileiros, aí apon-tados, e apresentá-los num conjunto em que a presença de certos qualificativos denunciasses, pela frequência

e o somatório, o quadro de nossos traços psicossociais. Mas, como já acentuaram vários estudiosos, a cultura de um povo não é um somatório nem de grupos regionais nem de pessoas e sim a integração destes numa síntese nova, em que o conteúdo espiritual se revela na sociedade, em traços permanentes ou variáveis, através de períodos históricos.

Os Períodos Históricos

Deste modo, para tentar captar os traços em mudança e poder afirmar a permanência ou constância de alguns deles, parece-nos que o melhor é destacá-los em sua função social, isto é, na sociedade de cada período. Sob este aspecto, poder-se-iam adotar quatro períodos: 1) do Descobrimento, abrangendo o movimento da restauração pernambucana, até a descoberta do ouro (1690); 2) de 1690 até a chegada da família real (1808); 3) de 1808 até 1917; 4) a fase atual.

O Primeiro Período

Na primeira fase são tais as tradições da tese portuguesa e da antítese do ambiente, dos índios e negros, que a síntese do antigo e do novo é uma criação inteiramente nova e original, apesar da europeização dominante, do lusitanismo vitorioso na aparência das formas sociais.

A melancolia pela terra, o desdém pelo português nascido no Brasil e pejorativamente chamado de mazombo, o desprezo pelos escravos ne-

gros importados em grande número, que davam uma nota alegre junto ao português taciturno e ao índio solumbático, são os traços principais. O português era livre, independente, indisciplinado, e logo se nutria de grandes deficiências e insuficiências de nossa economia e, conseqüentemente, do conjunto total da cultura nacional. Infelizmente, muitos erros não puderam ser corrigidos, desde logo, porque, em vez de consultar os germes de organização que começavam a abrolhar nas juntas e câmaras, os estadistas leram Benjamin Constant e os ideólogos coevos. Já então se faziam as coisas para inglês ver. Numa nação imberbe aplicavam-se os princípios políticos das nações européias muito mais adiantadas. Verifica-se nova europeização superestrutural, pois ainda dominavam a subordinação e o sentimento de inferioridade diante, especialmente, de ingleses e franceses.

Essa tendência para o idealismo, esse vício de indagar, antes de tudo, o que a nosso respeito dirão na Europa, não podia deixar de dar maus resultados. Já dizia José Bonifácio que, no Brasil, o real vai além do possível. Até 1889, a escravidão foi o sustentáculo econômico do país. A miscigenação continuava sua obra, e a convivência das várias etnias cada vez mais se exercitava, num amplo e generoso sentido humano.

A MESTIÇAGEM

Passados três séculos, o Brasil era

menos euro-ocidental que se pode pensar. Fôramos tupinizados, africanizados, orientalizados e ocidentalizados. A síntese de tantas antíteses era o produto singular e original que se ia constituir numa nação livre e independente. O processo histórico, que inicialmente fora discriminador, por imposição da minoria dominadora, democratizara-se, aceitando traços culturais não euro-ocidentais, e mostrando, assim, que o conteúdo do processo histórico não é determinado exclusivamente pelos vencedores.

Já então o processo de mestiçagem tinha feito sua obra em proporções incomparáveis com qualquer outro país, em qualquer continente. A composição racial da população, às vésperas da Independência, mostra que dos 3 milhões e 800 mil habitantes, 1.930.000 eram negros, e 1.043.000 eram brancos e meio milhão eram pardos.

Em 1807, na Bahia, 52% eram negros, 28% brancos e 20% pardos; em Minas Gerais, em 1821, dos 696 mil habitantes livres e escravos, 271.500 eram negros, 171.500 mulatos e 13.000 brancos; no Rio de Janeiro, em 1817, a população negra superava a branca. Mesmo em áreas branco-tupinizadas, como São Paulo, a população negra e mestiça viera sempre crescendo, do fim do século XVIII aos começos do XIX; em outras zonas tupis, como o Amazonas (Rio Negro e Pará), a mestiçagem branco-índigena tinha sua significação e, mesmo no Rio Grande do Sul, em

1802, para 55% de brancos, havia 34% de pretos.

A população brasileira era uma síntese das três etnias, e de sua miscigenação, pouco, pouquíssimos poderiam ficar imunes à mestiçagem cultural. Além dessas influências tupi-africanas, que se fizeram sentir ao longo do processo de três séculos, uma outra corrente também se impusera. Drogas e frutos do Oriente, vindos nas naus da Índia e Macau, modificavam a paisagem brasileira, com as palmeiras, o coqueiro, a jacarandá, a amendoeira, o tamarindo, a carambola, jambos e a pimenta, imprópria chamada do reino. Os portos do Brasil não eram, até 1730, estação de pouso para os navios de carreira da Índia, mas, daí em diante, um próspero comércio afro-asiático-brasileiro levou para o Oriente alguns produtos brasileiros, como farinha e tabaco, e trouxe tecidos de seda, nanquins, musselina; e mais o leque, a bengala e certos traços arquitetônicos chineses. Foi, por isso, que o cientista-viajante Martius notou, entre 1817 e 1821, certo ar asiático na paisagem e na arquitetura brasileiras.

A Europeização

A vinda de D. João, em 1808, promoveu uma nova europeização do Brasil, não só com a entrada livre de brancos europeus, mas de costumes e usos, de tal modo que o mesmo Martius observou que a considerável imigração européia devia “imprimir uma mudança nos característicos

dos habitantes, de modo que a existente relação quantitativa de brancos e pretos e mestiços ficou invertida”. Datam daí modificações no quadro profissional, melhorando ofícios e artes, modificações essas exigidas pelas transformações econômicas e pela própria evolução da técnica, como nos hábitos alimentares e da moda, umas e outras mais devidas à influência francesa, afora, é certo, a evolução do comércio, devida aos ingleses.

Se, na verdade, esses novos estímulos europeus se refletem mais na liderança que no povo, este não deixaria de sentir seus efeitos. Data daí, então, o vazio de olhar mais para Europa que para o Brasil, com a diferença essencial, no caso, que antes se buscava em Portugal o modelo. Ora, Portugal era já uma das subculturas ocidentais européias mais atrasadas — mais próxima, portanto, do Brasil —, enquanto a França e a Grã-Bretanha, os novos modelos da liderança nacional que fará a Independência e comandará o País, ofereciam estilos superestruturais difíceis de se aplicarem a uma nação imberbe.

A imposição em massa de formas e métodos euro-ocidentais não podia deixar de dar maus resultados, e quem lutou contra isso foi o Patriarca José Bonifácio. Uma ocidentalização maciça, sem atenção para as realidades e os problemas especificamente brasileiros, levou a concessões terríveis, expressas nos Tratados de 1826 e 1827, que alienaram do Brasil o Trono e a minoria dirigente, e os lan-

çaram no inferno da Abdicação. José Bonifácio, em toda sua obra prática de estadista, não quer recorrer apenas ao figurino estrangeiro, mas afirma o seu propósito e o seu apego ao essencial, ao vivo, contemporâneo do Brasil. Ele reincarna os Diogos Álvares, da Colônia, no espírito conciliador com que quer integrar elementos novos à realidade brasileira.

A LIDERANÇA NA INDEPENDÊNCIA

Assim como se alternam na composição da liderança os métodos de comportamento transigente e intransigente, assim também algumas personalidades são ambivalentes, ora conciliáveis, ora inflexíveis. José Bonifácio, por exemplo, varia conforme as circunstâncias históricas: a princípio não quer a separação, quer a unidade de dois Impérios livres; depois é rigoroso e inflexível, e a Guerra da Independência é dirigida por ele até a vitória de 15 de agosto de 1823. Essa guerra tem sido apoucada para valorizar a obra da Casa de Bragança, para soffrear o papel dos brasileiros e de José Bonifácio e, finalmente, para favorecer o congracamento luso-brasileiro. O resultado é que movimentos de massas militares, comparáveis aos dos grandes chefes libertadores da América do Sul, como Bolívar e San Martin, não têm recebido o destaque merecido.

A historiografia latino-americana e mesmo a norte-americana não falam

da nossa Guerra da Independência como se a nossa libertação fosse uma dádiva portuguesa. Se Bolívar, em 1824, chegou a dirigir 9.000 homens entre colombianos e peruanos; se San Martin, em 1817, contou com 8.000 homens, na guerra da Independência da Bahia as tropas brasileiras atingiram, em abril de 1823, 11.000 homens; e, no Maranhão, mais de 8.000 combatentes lutaram pela Independência.

Se não houve aqui, como na América, grande derramamento de sangue, com exceção do Pará, dentre as Províncias de maior resistência portuguesa houve ostentação de força. A esquadra que Cochrane comandou era composta de mais de 9 navios e mais de 2.000 praças. Como, pois, dizer-se que nossa Independência foi um desquite ou divórcio, sem derramamento de sangue? Não se deve, também, esquecer que a Revolução de 1817 movimentou cerca de 11.000 homens de um e de outro lado, com sacrifícios, mortes e condenações fatais.

Os combates na Bahia, a mortandade em Itaparica e a alma de Joana Angélica desmentem as interpretações frouxas. Além disso, José Bonifácio foi também inflexível e não se acomodou, como mostrou o motim de São Paulo, provocando, em cadeia, sua demissão, prisão e exílio. Mas José Bonifácio foi conciliador ao propor tantas reformas fundamentais, que teriam, talvez, evitado que tanto sangue corresse durante a Regência.

Abdicação, Choque entre Liderança e Povo

Desde a Abdicação, um choque profundo reina entre a elite dirigente e o povo. Fala-se muito, então, em Reformas, e na Câmara discute-se, com ardor e veemência, o que é preciso fazer. Mas não se faz. E não se faz porque as oligarquias, no seu apego às estruturas arcaicas e coloniais e aos seus privilégios intocáveis, foram sempre contra as reformas, inclusive as constitucionais. Acenando com as Reformas — sempre adiadas ou concedidas no mínimo —, pensava-se evitar a Revolução. É assim que se exprime o grande líder do momento, Evaristo da Veiga, ao declarar que se há um pensamento comum que ligue os homens que sustentam a administração atual, é o de obstar uma revolução violenta que traria a desgraça do Brasil.

Esse jogo de querer as reformas, mas não promovê-las, este pensamento de que se desejava a reforma, sem revolução, não a evita, pois todo o País “estrebuchou nas convulsões de um delírio muscular”, como escreveu Capistrano de Abreu. De Marajó ao Chuí rugiu a onda da anarquia que tudo alagou. Novamente a liderança estava dominada por espíritos voluntariosos, inconciliáveis, daí resultando as revoluções sangrentas que encharcaram o solo de sangue.

Feijó, ministro da Justiça e Regente energético e autoritário, não foi conciliador. Foi rigoroso e inflexível, “persuadido”, segundo suas próprias

palavras, “de que em todo o tempo e, principalmente, nos convulsivos, só a firmeza de conduta, a energia e a justiça podem sustentar o governo”. Ele foi duro, fechado, impermeável, e da sua luta contra a Câmara, que se negava a considerar as propostas de reformas de seu Governo, resultou a renúncia de setembro de 1837.

A História Cruenta da Regência

Em 4 de julho de 1833, Martim Francisco, na Câmara, dizia que não havia um luar, no Brasil, que não estivesse ensopado de sangue. O radicalismo brasileiro, que teve sua grande expressão no Império em Frei Caneca, origina-se de correntes mame-lucas, como escreveu João Ribeiro, e vê o interesse nacional não só na União, mas no Povo. Não se pede, em nome do Senhor, aquilo que se pede contra a Salvação, ensinava Frei Caneca, antes do martírio, repetindo Santo Agostinho.

Como se pode pedir a este povo, em gerações sucessivas e seculares, que agüente a mão, que se não impaciente, que se aquiete, enquanto as fronteiras dos privilégios exclusivos são mantidas? Nem em Pernambuco, dizia Frei Caneca, “há partido do governo, e governe quem governar, seja nobre ou mecânico, rico ou pobre, sábio ou ignorante, da praça ou do mato, branco ou preto, pardo ou caboclo, só há um partido, que é o da liberdade civil e da felicidade do

povo, e tudo o que não for isto há de ser repulsado a ferro e fogo”.

E com ferro e fogo usou a liderança de então para abafar as rebeldias populares. Por isso ele falava numa “resistência macha”, porque “os interesses, a felicidade e a glória do Império são e serão sempre os interesses, a felicidade e a glória deste brioso povo”. Ele não estava voltado para figurinos estrangeiros e buscava, nas raízes da nossa formação, as lições da sua política. Por isso, ainda, disse “que o Brasil não é Europa, seu clima, sua posição geográfica, a extensão de seu território, o caráter moral do seu povo, seus costumes e todas as demais circunstâncias devem influir no futuro de sua Constituição... Nossa Constituição há de ser brasileira no espírito e no corpo. O nosso Império há de ser brasileiro por dentro e por fora, não queremos impérios hipócritas, que mostrem uma coisa no exterior e tenha outra no interior. Não queremos uma Constituição para o Brasil conforme o espírito político da Europa”.

Frei Caneca não foi ouvido porque o dominava aquele espírito inconciliável e voluntarioso. Por não haver carrasco que se prestasse a enforcá-lo, Frei Joaquim do Amor Divino foi arcabuzado, e seu martírio serviu de lição a muitos, ao povo e à liderança. Agitações populares em todo o Brasil, com mortes e lutas, marcam os anos de 1832-33; a Cabanada, em Pernambuco, em 1832, mobilizou 7.000 homens, com muitas e enume-

ráveis vítimas; 40.000 vítimas ensanguentaram o Pará, com a revolta dos Cabanos, em 1835; 11.000 pessoas se envolveram nas lutas da Balaiada, no Maranhão, em 1838-45, com 5.000 mortos; cerca de 3.000 pessoas foram aprisionadas e mais de 1.200 mortas, na Sabinada, na Bahia, em 1837-38; os Farrapos, a luta de maior vulto, maior duração e caráter mais político que social, envolveu mais de 20.000 combatentes, com pesado tributo de sangue, pois só no combate do Rio Pardo, em 30 de abril de 1838, 1.500 homens imperiais foram destroçados; as revoltas negras durante o Império, insurreição de haussás em 1807, 1809, 1813, 1816; de nagôs, em 1826-27, 1830; e a grande revolta dos malês em 1835, todas afogadas em sangue, com os mortos e os condenados à força ou fuzilados, os açoitados e degradados para a África; na República 1893, 1922, 1924, 1930, 1935, 1938, 1945, 1954-55, 1964.

Não se pode negar o descontentamento dos escravos negros, nem que o temor das insurreições tivesse sido tão grande quanto o foi das guerras indígenas no primeiro século, diminuídas aos poucos, mas permanentes até 1808, quando se determinou fazer guerra oficial decretada aos Botocudos, em Mato Grosso. Revoltas sociais como a dos Cabanos, em Pernambuco e Pará, a Balaiada na Bahia, e a de Panelas, esta nas Alagoas, em 1832, a da Praia, em Pernambuco, em 1848-49, todas alistando as camadas mais miseráveis do povo,

foram diferentemente julgadas pela liderança.

Miguel Calmon, em 1837, na Câmara, observava que “já se notou a diferença que havia entre os facinorosos refugiados nas matas da Paraíba. Nelas e os sediciosos do Rio Grande do Sul. Aqueles foram tratados como tais, porque eram paisanos mal armados, sem chefes conhecidos, e que com facilidade evitavam o combate, limitando-se a fazer correrias”. E depois de lembrar o exemplo do Quilombo de Palmares, que durara largos anos, dizia que não havia “analogia alguma com o Rio Grande do Sul, onde há tropas regulares e chefes, onde se peleja e há um governo que hostiliza a monarquia”. Uns haviam sido qualificados como feras e, os do Rio Grande do Sul, como homens, e com as repressões convenientes, a primeira fora esmagada e a segunda se propagava.

Todas elas, e especialmente as revoltas sociais, eram manifestações que incorporavam agravos seculares de classes oprimidas, às quais se prometiam reformas que eram sempre adiadas. Nessa época, até 1840, quando o Imperador menino assume o Poder Moderador, a Câmara discutiu, debateu, conversou sobre reformas, mas nada decidiu. De 1842 a 1848, novas revoltas, em Minas, São Paulo e Pernambuco, ensanguentaram nossa História e mostraram que era preciso nova liderança.

A MAIORIDADE. A LIDERANÇA CONCILIADORA

É então que surgem três homens, dois líderes civis e um militar, que promovem o retorno, na composição dominante da minoria dirigente, da figura do conciliador: Honório Hermeto, o Visconde do Paraná, e Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias. Sobre eles paira o Imperador D. Pedro II, que lhes inspira toda moderação e justiça.

No seu Diário de 1862, obra íntima, D. Pedro escreveu: “Minha política — a Justiça — não é a dos Partidos” e, mais adiante, disse que não tinha medo de nenhum partido, pois “obra conforme e só conforme o que julgo exigir o bem do País. Que medo poderia eu ter? De que me tirassem o Governo? Muito melhores reis que eu o têm perdido, e eu não lhe acho senão o peso duma cruz que carrego por dever. Tenho ambição de servir a meu País mas quem sabe se não o serviria melhor noutra posição? Em todo caso jamais deixarei de cumprir meus deveres de cidadão brasileiro”. Era um homem tão grande que nunca guardou memória das ofensas recebidas e, por isso, Torres Homem, que tanto o ofendeu, disse na Câmara que um dos dogmas da conciliação era o olvido das ofensas recebidas. Doem-se as injustiças que me fazem, dizia D. Pedro, mas é meu dever não permitir que, por injúrias pessoais, prive o País dos serviços de brasileiros distintos.

Honório Hermeto é o elemento ci-

vil que busca, na arte da conciliação, a paz indispensável ao progresso, que se inicia em 1850. Lima e Silva é o elemento militar, o Pacificador, que promove a união dos brasileiros e vê que o brasileiro do outro lado também é brasileiro e não deve ser excluído, mas incorporado. Ambos exerceram um papel moderador e querem que a História não se processe por forma revolucionária. Eles visam à acomodação, para salvar o essencial: a unidade e a integridade do País. Reconheciam que não era o povo que tinha o coração endurecido, eram os privilegiados.

Honório Hermeto, em 1853, pratica, no próprio Governo, a arte da conciliação, que cedia pouco ao povo, porque conciliava mais com os grupos divergentes da liderança que a coexistência desta com o povo, mas evitava que se agravassem as tensões, que se exasperasse o povo pelo abandono em que vivia.

Caxias pacificara o Maranhão, em 1841; Minas e São Paulo em 1842; e o Rio Grande do Sul, em 1845. Esta foi a sua maior obra, porque trazia os gaúchos ao seio da Pátria pela qual derramavam mais sangue na Colônia e nos começos do Império que quaisquer brasileiros de outra província. Ele atendia a uma grande aspiração nacional, que fora, já em 1837, afirmada na Câmara, por Miguel Calmon, o futuro Marquês de Abrantes, ao dizer que "de todos os erros políticos o que mais ofende a uma nação é aquele pelo qual a sua integridade se viola, e o seu território se mutila.

Se o Rio Grande do Sul perder-se, o Brasil todo se ressentirá e a geração futura não perdoará essa falta à administração que a ocasionou".

No Gabinete da Conciliação, Caxias, na Pasta da Guerra, ajudou o Marquês do Paraná, e com a morte deste, presidiu o Conselho e as eleições; em 1861 e 1875 foi novamente Presidente do Conselho e, ao assumir aquele posto nesse último ano, declara que seu programa é "manter a paz externa, sem quebra da dignidade e direitos do Império; seremos moderados e justos, observando religiosamente as leis e resolvendo as questões internas com ânimo desprevenido".

Meditem bem nestas palavras essenciais: a paz, a dignidade e os direitos do Império, a moderação, a justiça, a observação religiosa das leis, o ânimo desprevenido. O Pacificador, cuja espada esteve sempre a serviço da lei, assegurou ao Império os anos da mais absoluta e total legalidade de toda nossa História, de 1849 a 1889.

Assim foi, sobretudo, com Caxias, que a conciliação permitiu que os frutos do trabalho nacional pudessem crescer, e é unânime a opinião dos historiadores que 1850 marca o começo de uma era de paz e progresso.

AS ALTERNATIVAS DA LIDERANÇA

As alternativas na composição dominante da liderança correspondem

também aos períodos de história cruenta ou incruenta, sem desconsiderar a melhoria ou piora das condições econômicas.

Caramuru, José Bonifácio, Honório Hermeto, Caxias, são exemplos de uma liderança moderadora de uma história incruenta, que evitava a brutalidade e a imaturidade que, em outros povos, na América, se manifestou em maior frequência ou atrocidade, como no México, na Colômbia e nos Estados Unidos.

Se o povo recorreu, na Colômbia ou no Império, às formas violentas de comportamento, é bom também que se não esqueçam que líderes violentos arcabuzaram e enforcaram Francisco Bicalho, no Rio, em 1662; Manoel Bequimão e Jorge Sampaio, no Maranhão, em 1685; Felipe dos Santos, em Minas, em 1720; os quatro chefes da Bahia na rebelião de 1798; Tiradentes, no Rio, em 1792; os 13 arcabuzados em Pernambuco, entre os quais os Padres Roma e Miguelinho, em 1817; os 15 em Pernambuco, no Ceará e no Rio, em 1824, entre os quais Frei Caneca, os Padres Mororó e Tenório; e o Major Joaquim Sátiro e o Tenente Gaspar Vilas Boas, em 1824, na Bahia; ou, finalmente, os que se exilaram, como José Bonifácio, ou renunciaram, como Feijó e Deodoro; ou se mataram, como Getúlio Vargas; ou se comprometeram pelo mecanismo da conformação.

História cruenta e incruenta se alternam no processo histórico brasileiro, embora seja correto e justo

afirmar que os exemplos da conciliação predominam. E, ao final, no Império, podia-se dizer que os processos civilizatórios dominavam os primitivos, quer na liderança, quer no povo, e ambos podiam-se orgulhar de algumas vitórias incontestáveis, tais como a unidade política, a integridade territorial, o regime representativo e a garantia das liberdades individuais.

No domínio da liderança conciliadora, nenhuma só vez se desrespeitou o regime representativo, apesar das falhas que apresentava e da fraude que o maculava. Mas nenhum golpe foi permitido pela espada legal de Caxias, e ele, como escreveu Capistrano de Abreu, que assegurara ou verberara ser mais militar que político, quis provar que ao menos uma vez podia ser mais político que militar; rejeitou todas as honras e pompas oficiais, quis ser enterrado como obscuro pai-sano.

A falta de liberdade, a opressão colonial, a sombra da Inquisição, sempre tão vigilante contra qualquer heterodoxia, as perseguições pessoais, foram substituídas, a partir da maioria, e sob a direção de D. Pedro II, pela mais livre expressão de pensamento, da liberdade de imprensa e de opinião, e a propaganda republicana e positivista se faz sem opressão.

Pode-se dizer, portanto, que havíamos ganho muito: liberdade e imigração, pois dois fatos recentes dificultavam o acesso à terra pelos brasileiros. Primeiro, a atribuição das

terras devolutas aos Estados, pela Constituição de 1891 (Art. 64), trouxe como consequência não só o fracionamento da massa territorial como permitiu as concessões despidas de interesse público, feitas em atos isolados de favor que favoreciam os latifundiários ou permitiam a partilha de quase todo um Estado, como o Amazonas, dividido em oito zonas, entregues a companhias estrangeiras para a exploração de suas riquezas minerais. Segundo, em 1907, o Governo brasileiro, em medida discriminatória, proibia a venda de terras a brasileiros nos núcleos coloniais, em proporção superior a 10%, elevada, em 1911, a 30%.

Promovia-se, assim, não somente a desnacionalização das terras, denunciadas, desde 1902, por Sílvio Romero, como o acesso à terra por brasileiros naqueles centros, onde alguns imigrantes aos poucos se convertiam em latifundiários.

IMIGRAÇÃO

A imigração européia, que de 1894 a 1939 atingira a mais de 5 milhões — sem contar os retirantes —, não teve as consequências que se costuma imaginar. Primeiro: o crescimento de nossa população de cerca de 4 milhões, em 1822, para 50 milhões em 1950 se deve mais ao nível mais elevado da natalidade (43,05 por mil habitantes), embora tivesse sido, e continue a ser, muito alto o nível de mortalidade (18 por mil) do que à imi-

gração, à qual se podem atribuir apenas 8 milhões: 4 milhões devidos ao excedente dos imigrantes sobre os emigrados e outros 4 milhões devidos à reprodução. Segundo: o embranquecimento da população, que se vinha notando de 1872 a 1940, de tal modo que um terço de brancos passou para dois terços, não se deve somente à imigração, mas à maior sobrevivência dos brancos, devido à sua posição econômica superior e também à mestiçagem, pois as graduações da cor, o cabelo e as feições decidem as classificações estatísticas imprecisas de pardo e branco.

No censo de 1950, caiu em 3% a percentagem de brancos e subiu, em 5%, a dos pardos. Maior significação teve a imigração como reforço euro-ocidental para as mestiçagens étnicas e culturais que se processavam ao correr do processo histórico, e não como massa na evolução da população. Pelo número diminuto dos imigrantes e dos estrangeiros e brasileiros naturalizados (em 1950, 1.212, ou 2,34% da população total do País, nele incluído 0,25% dos brasileiros naturalizados), eles seriam quase tão inexpressivos no conjunto da nação quanto os grupos indígenas que, na hipótese mais otimista, alcançam hoje 0,2% da população nacional.

Se estes mesmos, antes de sua considerável redução e quase extinção, influíram pela mestiçagem étnica e cultural na vida brasileira, os imigrantes não só reforçaram o elemento branco, como os traços ocidentais brasileiros. Mas assim como não fo-

ram fator preponderante no crescimento populacional, não modificaram a personalidade básica do caráter brasileiro.

Mesmo no Sul, onde existem brasileiros de primeira e de segunda gerações, eles têm sido integrados na nossa cultura e na nossa tradição, apesar dos quistos existentes até 1939.

Homogeneidade

Na verdade, o povo brasileiro é muito mais homogêneo, em termos de cultura, de linguagem e de etapas históricas, do que outros países de áreas de tamanho ou de população comparáveis. A Índia, a China, a União Soviética, a Indonésia e o Paquistão contêm povos de culturas muito diferentes e que falam línguas diversas. Os povos da Ásia do Sul e do Sudoeste estão divididos por grupos lingüísticos e religiosos muito distintos, tornando maiores a lealdade paroquial à língua, à religião, à casta e à divisão em cada país que entre vários países, como na Índia, no Ceilão e no Paquistão.

O nosso povo aprendeu sua língua comum — é preciso não esquecer que o tupi foi dominante em São Paulo e no Amazonas até os meados do século XVIII —, promoveu a unidade nacional, defendeu a integridade territorial, educa seus filhos dentro de recursos muito escassos, prepara-os para a vida e tem uma forte sensibilidade nacional.

O grave consiste nas diferenças de etapas históricas que separam hoje

mais acentuadamente zonas rurais e urbanas e dividem áreas regionais do Centro, Norte e Nordeste das do Sul e do Leste. As agitações rurais de Canudos, do Contestado, dos jagunços e fanáticos e as reivindicações modernas dos sertanejos e lavradores mostram a necessidade das reformas, tantas vezes prometidas desde o governo nacional de 1831 até hoje e sempre escamoteadas ou adiadas.

Em 1889, antes de ser derrubado o Império, em grande parte pelos latifundiários descontentes com a Abolição, o Visconde de Ouro Preto apresentava na Câmara um grande e liberal programa de governo. Depois de dizer que em algumas províncias agitava-se uma propaganda ativa, cujos intuítos eram a mudança da forma de governo, afirmava que era “mister não desprezar essa torrente de idéias falsas e imprudentes, cumprindo enfraquecê-la, inutilizá-la, não deixando que se avolume. Os meios de consegui-lo não são os da violência ou repressão. Consiste simplesmente na demonstração prática de que o atual sistema de governo tem elasticidade bastante para admitir a consagração dos princípios mais adiantados, satisfazer todas as exigências da razão pública esclarecida, consolidar a liberdade e realizar a prosperidade e grandeza da Pátria, sem perturbação da paz interna, em que temos vivido durante tantos anos. Chegaremos a este resultado empreendendo, com ousadia e firmeza, largas reformas na ordem política, social, econômica, inspiradas na es-

cola democrática; reformas que não devem ser adiadas, para não se tornarem improficuas". E concluía, afirmando que "a situação do País define-se, a meu ver, por uma frase — necessidade urgente e imprescindível de reformas liberais". Ouro Preto mencionou as reformas, entre as quais o alargamento do direito de voto, a assimilação dos imigrantes, o aperfeiçoamento do ensino e a lei de terras que facilitasse sua aquisição.

TRADIÇÕES GERAIS E CARACTERÍSTICAS ATUAIS

O Brasil foi o único país do Novo Mundo que fez a Independência com a instituição de um regime monárquico, idêntico ao da Metrópole. Não se recorreu à dinastia estrangeira, e a emancipação política assume, no Brasil, a aparência de um desenvolvimento natural, freando as tendências à anarquia civil e contribuindo para conservar intato o patrimônio territorial da América Portuguesa. A consequência imediata da unidade foi o gigantismo dos problemas e das tarefas, desafio que, desde a Independência, tiveram de enfrentar as minorias dirigentes. Gigantismo acrescido de várias dificuldades, para uma população precocemente dispersada, e que, no exclusivismo colonial e no isolamento nacional, só fez regredir, tornando-se insuficiente, econômica e espiritualmente. Revelava também, essa sua primeira ação política, uma capacidade muito plástica

de acomodamento político, que se prende à temporização e à capacidade de adaptação, a que se referiram Mendes Corrêa e Jorge Dias. A solução era facilitada pela própria constituição da sociedade patriarcal, dividida em duas castas, a dos senhores e a dos escravos.

A sociedade colonial e imperial brasileira baseou-se na aristocracia rural — o que é um privilégio de sociedades envelhecidas. Por isso, na América, comparado com outros países, especialmente a Argentina e os Estados Unidos, o Brasil não é um país jovem, no sentido de que o passado e as tradições não agem fortemente na sua configuração política atual. Observava Pierre Denis, por volta de 1908, que os brasileiros gostam de dizer que seu país é jovem, mas que o europeu, que tenha percorrido outros países euro-americanos, como a Argentina e os Estados Unidos, estará menos expatriado no Brasil, pois não experimentará a sensação de surpresa ou de susto que lhe dão aqueles dois países, com sua sociedade mal-estabelecida, sem hierarquia e sem raízes, e conduzidas exclusivamente pelo gosto da independência individual e pelo interesse pela fortuna, características que no Brasil só passaram a ser notadas recentemente.

O patriotismo brasileiro comporta mais recordações. Nesse sentido, o Brasil é um país velho, cheio de tradições e constituído, em sua maior parte, de brasileiro de mais de três gerações, o que não é o caso argen-

tino e o norte-americano. O Brasil recebeu, de 1850 a 1950, apenas 4.800.000 imigrantes, dos quais somente 3.400.000 permaneceram no país, sendo que a maior parte constituída de portugueses, cuja personalidade básica foi a predominante no caráter do brasileiro durante três séculos coloniais, somada às variações indígenas e negras, e tem, em algumas de suas peculiaridades, permanecido constante, sendo reforçada pelo contingente imigratório. Tem havido, assim, uma continuidade de população, de personalidades e culturas, ao contrário dos Estados Unidos e da Argentina, onde os povos de muitos países alteraram, às vezes fundamentalmente, a personalidade, a cultura e a própria sociedade.

É no Sul que se notam brasileiros de primeira e de segunda gerações e menor imposição das tradições históricas, mas ainda ali predominam a personalidade básica luso-brasileira e sua cultura e, por isso, a sociedade sulina, mesmo a pioneira, procura ligar-se a uma tradição e criar uma história. Talvez, diz Monbeig, sintam a necessidade de buscar nessa história senão uma justificativa de seu tumulto, pelo menos uma fonte de energia. Mas, na sua totalidade, o país é, como observaram Bryce e Cooper, consciente do seu passado, e o brasileiro está sempre pronto a informar que é filho de uma velha civilização própria — Portugal. Uma forte tradição nacional torna-o cioso da integridade do país.

Existem no Brasil uma cultura e

uma nacionalidade únicas, de que os brasileiros se orgulham, mas que apresentam duas faces bem diferentes. Segundo Jacques Lambert, os brasileiros estão divididos em duas sociedades diferentes pelos níveis e modos de vida: uma é particularmente rural e conserva seus quadros tradicionais (Nordeste, especialmente) e outra particularmente urbana (São Paulo e o Sul urbano e rural, e urbana no resto do País). A primeira é um sociedade arcaica e, a segunda, um Brasil novo. Ambos, apesar da diferença social, estão “estritamente entrelaçados e são unidos pelo mesmo sentimento nacional e por outros valores comuns, não formando culturas diferentes, mas duas épocas de uma mesma cultura, atrasada de séculos”. Os elementos positivos e negativos, a força e a fraqueza da cultura básica brasileira estão presentes nas duas sociedades. Foi a dispersão precoce do povoamento, no Brasil do século XVII (nos Estados Unidos começou depois de 1830, com as estradas de ferro), que fez predominar a cultura básica brasileira, seus traços particulares e tradicionais, ainda hoje existentes, apesar das variações provocadas pelas mudanças técnicas urbanas. A idéia dos dois Brasis foi primeiro aventada por Melo Matos, nas suas *Páginas de História Constitucional* (Rio de Janeiro, 1876).

O Brasil novo oferece uma estrutura social menos hierarquizada e uma espantosa mobilidade social. Deste modo, as tradições da sociedade colonial e arcaica encontram-se, hoje,

bruscamente em contato com traços culturais novos, introduzidos pela rápida importação de novas técnicas de produção, novas culturas e modos de vida, especialmente a norte-americana. Porque a sociedade está dividida em parte arcaica e parte nova, a vida política torna-se, inevitavelmente, uma luta entre duas concepções da natureza das instituições políticas.

O ônus de três séculos de colonialismo, isto é, de sujeição a interesses metropolitanos, de quatro séculos de existência da escravidão, de gigantismo dos problemas e de falta de quadros dirigentes gerou um sentimento de insuficiência, não de inferioridade, que perturba também psicologicamente a decisão e escolha das tarefas e soluções primordiais. Capistrano de Abreu explicou a evolução das características nacionais pela progressiva superação do sentimento de desdém pelo sentimento de superioridade em relação ao português e que nos deu o Sete de Setembro. Continuava, porém, diz ele, o sentimento de inferioridade em relação à Europa. Mas esse sentimento não pode ser interpretado como um complexo, pois reconhecer uma hierarquia de valores e saber admirar, longe de ser um sintoma de inferioridade, retrata índole generosa quanto à sua saúde moral. Só quando se dissimula a inferioridade, simulando superioridade, num *círculo probandi* dialético, e se transtorna e nega a hierarquia de valores, com ressentimento e emoção, se manifesta o complexo

de inferioridade.

Não se deu isso conosco em relação aos Poderes Europeus, especialmente a Grã-Bretanha, que predominaram sobre nossa vida nacional. Passado o otimismo e a confiança das primeiras horas da Independência, quando estava o brasileiro ainda fascinado pelas drogas e minas, pela grandeza e possança que lhe ensinara Antonil, ele sufocou sua insuficiência diante do catálogo interminável de suas riquezas, que não estavam tão à mão como lhe pareciam antes, e pelas suas próprias tendências caiu no irrealismo. Aí está a raiz do ufanismo, riquezas e não tarefas, excelências e não suficiências, econômicas e espirituais.

Nunca se reconheceu que o grande pecado era a pobreza, que se vencida pelo trabalho e pela poupança. Desprezou-se o primeiro, entregue exclusivamente, e durante 388 anos, a escravos, e não se ligou à segunda, não formando o capital nacional indispensável à disputa da posse e gozo da riqueza que se alardeava em discurso. Fez-se uma lei máxima bastarda, copiando trechos e trechos de Benjamin Constant, num casamento frustrado entre o irrealismo da doutrina e a realidade nacional. Estabeleceu-se logo um divórcio entre o mito e a realidade. O mais obstinado elemento da vida política brasileira parece ser o hábito de adotar soluções em resposta a teoria e não a situações. A observação de José Bonifácio, de que no Brasil o possível vai além do real, parece ligar-se a esse irrealismo

e ao verbalismo, apontado por Bryce e Cooper. Ou quis José Bonifácio criar uma doutrina do possibilismo político, segundo a qual são tantas as possibilidades no Brasil que a realidade do momento, as aparências conjunturais iludem e escondem? Neste caso, ligar-se-ia a frase de José Bonifácio à enganosa aparência das riquezas escondidas ao otimismo da visão de que, sem trabalho, já as possuíamos e que, mais cedo ou mais tarde, se revelariam.

A insuficiência era de tudo, de quadros dirigentes e de formação de quadros dirigidos, que não se puderam formar, mesmo no Império, apesar de todas as suas grandes figuras, e que com a República se acentuou, à medida que as tarefas foram crescendo, com as necessidades de bem-estar de cento e vinte milhões de brasileiros e as imposições de expandir o progresso até às áreas retardadas do vasto território. A culpabilidade está mais no irrealismo e no verbalismo que no bacharelismo, no sacrifício da realidade à beleza da forma e da sonoridade, ao mundo da palavra e do ouvido. Está também no personalismo que caracteriza nossa vida política e as nossas minorias dirigentes. Liga-se à personalidade básica brasileira, que coloca a ênfase nas relações pessoais e simpáticas e diretas, e não nas categóricas, impessoais e secundárias. A simpatia está acima da lei.

Os momentos de suficiência da nossa história são aqueles em que as minorias tomaram o caminho da au-

tonomia ou, ainda, deram certo grau de impersonalidade à sua ação, somado a um conteúdo de idéias, problemas e soluções. A suficiência ou insuficiência, como a satisfação ou a insatisfação de um conjunto de exigências de um determinado nível de vida, é um conceito econômico e moral. Não se trata de um conceito marxista, de que a pobreza de nossa economia explica as deficiências psicossociais indispensáveis à economia capitalista, ou que a fartura e a abundância norte-americanas esclarecem sua superioridade. Com a tese de Weber, pode-se compreender que as insuficiências espirituais ibéricas tenham impedido ou dificultado a formação do espírito do capitalismo. Assim também nossas insuficiências espirituais, nossas características psicossociais acompanharam nossa insuficiência econômica, e não será só com o desenvolvimento econômico que a venceremos, porque, se as insuficiências culturais continuarem, dificilmente virão a abundância e a fartura. São indispensáveis certas suficiências psicossociais para o desenvolvimento econômico.

O jogo é funcional e mútua a interdependência do comportamento. Sem rejeitar o passado, pecado de que nos livramos, pois a condenação do passado significa a Revolução, soubemos conservar sempre uma ligação com nossa história e formar uma consciência histórica da unidade do nosso patrimônio territorial e espiritual. A própria personalidade básica luso-brasileira não pratica, com fre-

quência, a violência, e manifesta sempre um jeito de acomodar as coisas, um comedimento que evita as rupturas definitivas. A habilidade, a prudência em evitar os extremos, o esquecimento, a cabeça fria e o coração quente, contornam as horas difíceis. Essas características psicossociais ligam-se ao personalismo da nossa cultura, à convivência pacífica que a história processou, à paciência da personalidade básica, incentivada pela escravidão. Daí os compromissos, que na Independência, na Abdicação, na Maioridade, na Abolição, na República e em movimentos recentes aparou as arestas, conciliou, abrandou e, finalmente, permitiu, rapidamente, a cooperação.

A população brasileira dividida em dois grupos, a minoria dominante, que em sucessivas gerações não decide nossos grandes problemas, antes os adia, e uma maioria carente de tudo, especialmente saúde, educação, trabalho, casa e alimentação e é, em sua grande parte, composta de jovens 62% até 24 anos e 69% até 29 anos — é espantoso e surpreendente o comportamento do povo brasileiro ao longo do processo histórico.

É patriota, não se filia a ideologias, e não tem se revoltado, como seria de esperar, em face da carestia e da dificuldade de vida, da necessidade de apenas sobreviver, das deficiências de toda sorte, e dos desmandos e abusos que sofreu e sofre da minoria dominadora, que evita enfrentar e resolver esses problemas graves e urgentes e prefere resistir às mudan-

ças, manter o *statu quo* e seus privilégios, aliar-se a interesses estrangeiros, as multinacionais, reforçando a alienação e procedendo impatrioticamente.

Não hesito em declarar, como tenho sempre afirmado, que o povo brasileiro é superior à sua elite, se na comparação medirmos o que efetivamente uma e outras trouxeram na construção do Brasil.

Uma palavra final: creio que a tolerância, a ordem e a esperança são traços constantes do caráter brasileiro.

Podemos convencer-nos que temos um povo de grandes qualidades humanas, com um rico senso de humor, com uma humanidade profunda e essencial, um entusiasmo fácil, uma grande coesão nacional, representada pela língua e pela religião, uma grande homogeneidade cultural, uma forma pacífica de relações raciais, um espírito de conciliação que rejeita as soluções extremas, um grande amor à vida, apesar de todas as insuficiências e sofrimentos. Sua força é a grande sensibilidade nacional, chave de seu caráter, do seu e do nosso amor desmedido por este País.

O nacionalismo que defende não é hostil a ninguém, é uma forma de lealdade às aspirações e interesses nacionais. A singularidade e individualidade nacionais dão um caráter próprio à sua política nacional e internacional. O nosso grande dever é preservar a nossa personalidade, conservá-la e desenvolvê-la. Seremos nós mesmos. Se não formos nós mes-

mos, se cedermos nossa personalidade, não poderemos dar nada ao Brasil e ao mundo. Não fabricaremos história, história nacional.

Os próprios inconformismos brasileiros, que se concretizaram em revoluções, são muito mais expressões de personalismo, que problemáticos e ideológicos. Para amansar esse inconformismo contribuiu, no Império, a política de conciliação, de que o Duque de Caxias foi a mais genuína expressão, não puramente militar, mas civil. O único mal estava, como está, em que o compromisso é prático-pessoal, e não prático-problemático ou real; o bem estava e está em que não podemos falar no Brasil em via dolorosa do espírito civil, como na Prússia ou como nas ditaduras militares sul-americanas. Parece-nos que as tendências autoritárias modernas em parte significam influências do espírito caudilho do Rio da Prata, como também observaram visitantes atuais da categoria de Jacques Lambert, afora os estímulos importantes do positivismo e das leis de segurança norte-americanas, lá sob controle da Justiça civil. As suficiências e insuficiências do caráter nacional podem ser assim sumariadas, como hipóteses provisórias de trabalho.

AS REFORMAS E A LIDERANÇA

Quem conhecer a história do Brasil, e mais de 50% dos brasileiros a

desconhecem totalmente, sabe que sempre se pleiteou pelas reformas, e nunca as lideranças fizeram senão pequenas e moderadíssimas concessões. A política de conciliação, de transação, teve como principal objetivo aplainar as divergências dos grupos dominantes que conceder benefícios ao povo.

É verdade que seu aspecto positivo consistiu, como já acentuamos ao destacar o papel de D. Pedro II, de Caxias e de Honório Hermeto, em evitar a história sangrenta no Brasil, o que se conseguiu de 1859 a 1889. Com a República não tivemos nem a paz, nem as concessões, por menores que fossem excetuados raros momentos de pequenos sucessos criadores. Por isso, ao fim do seu governo, Venceslau Braz retratou com serenidade os erros da liderança brasileira: "Nesta hora angustiosa por que passa o Mundo, é que se pode bem verificar quanto descuidamos dos interesses capitais e quanto tempo perdemos em questiúnculas estreitas e irritantes de companário. Façamos ponto. Começemos vida nova."

De 1918 a 1930 pouco variou o comportamento da liderança, e, neste último ano, Oswaldo Aranha, com exagero, diria que o Brasil não passava de "um deserto de homens e idéias". Getúlio Vargas foi ambivalente no seu comportamento, ora conciliador, ora inconciliável, mas de regra o primeiro predominou sobre o segundo, e grandes alterações começaram a vencer os obstáculos ao desenvolvimento.

O nacionalismo econômico republicano, que vinha de Floriano Peixoto e se reforçara com Artur Bernardes, encontrou em Getúlio Vargas uma liderança alerta e ativa. Ele surgia da tomada de consciência provocada pelo confronto entre os níveis de vida de diversas partes do mundo. Representava o legítimo anseio pelo progresso material, no sentido de eliminar ou reduzir as diferenças que separam os países ricos e os subdesenvolvidos. A recuperação econômica dependia de medidas internas, nacionais e, por isso, se chamou nacionalista, ao contrário da concepção internacionalista, segundo a qual uns poucos centros dinâmicos transmitem o progresso material ao resto do mundo, pela simples participação no jogo do mercado.

CONCLUSÃO

Nesta visão introspectiva, retratada por figuras representativas do pensa-

mento nacional, nota-se como os brasileiros formam de si mesmos um bom conceito.

Não creio nas teses do homem cordial, da bondade natural, do caráter pacífico do brasileiro, que têm sido sustentadas por pensadores posteriores a estes aqui examinados.

Menos cruentos e violentos que hispano-americanos e norte-americanos, unidos historicamente, não ideológicos politicamente, homogêneos culturalmente, cristãos e sincrético-cristãos religiosamente, tolerante e conciliadores, por caráter, em várias fases da nossa história, o Brasil apresenta, em conjunto, muitos elementos positivos.

Seguindo variavelmente três linhas do processo histórico, a apatia, o consentimento e a violência, sujeitos às pressões, repressões e violentações à sua conduta política e aos seus direitos humanos, o Poder Civil tem seguido uma via dolorosa desde a implantação da República.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES é membro da Academia Brasileira de Letras.